



## PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Karina Nascimento Silva (1); Inaldo Jerfson Sobreira da Silva(1)

*Universidade Federal de Pernambuco* <sup>(1)</sup> [karina\\_gentil@hotmail.com](mailto:karina_gentil@hotmail.com)

*Universidade Federal de Pernambuco* <sup>(1)</sup> [inaldojerfson@hotmail.com](mailto:inaldojerfson@hotmail.com)

Resumo do artigo: Esse artigo trata de um estudo com objetivo de investigar as práticas educativas em educação especial presentes nas pesquisas entre os anos de 2013 – 2016, em periódicos nacionais de Qualis A1. Para tanto foi utilizado como metodologia as etapas da Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Nas categorias de análise verificou-se que as práticas educativas em educação especial são mais voltadas para Políticas de acessibilidade através da implementação de Currículos, documentos ou leis; Uso de técnicas e ferramentas através da implementação de estratégias, ludicidade ou TICS; Processo de interpretação através do entendimento e interpretação de linguagem; escrita e sinais para o ensino de libras em uma perspectiva bilíngue e Processos colaborativos com práticas relacionadas a um conjunto de ações que buscam avançar, compreender e encontrar melhorias através do processo de inclusão. Os resultados mostraram que para as publicações em Qualis A1 o periódico P5 foi o que apresentou mais publicações em termos quantitativos enquanto que a categoria PE1 foi a que apresentou a maior distribuição por periódico, estando presente em 7 dos 10 periódicos analisados. Os artigos publicados com a categoria relacionada as Práticas educativas: Políticas de acessibilidade, abordam as mais diversas políticas públicas tanto no âmbito nacional como no âmbito regional. Observou-se que nos artigos selecionados que o uso das práticas educativas no processo de interpretação geralmente é efetuado através da perspectiva bilíngue, a qual traz a Libras como segunda língua.

**Palavras-chave:** Educação especial, políticas de acessibilidade, inclusão.

### Introdução

O processo inclusivo de alunos com necessidades especiais passa pela necessidade de adaptações de práticas pedagógicas. Esse tipo de prática busca a construção de novas teorias e práticas pelo processo de transformação e reinvenção da ação docente através de uma dinâmica de ação-reflexão. Esse processo deve atender à necessidade específica de cada estudante, buscando dinâmicas que ajudem a superação ou adaptação de suas limitações.

Educação Especial é um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especializados que visam garantir e promover as potencialidades dos alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais em educação básica.

A Constituição Federal em seu Art. 205 traz que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E continua no Art. 206. Inciso I afirmando que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Art. 208. Inciso III é ainda mais específico

(83) 3322.3222

[contato@coprecis.com.br](mailto:contato@coprecis.com.br)

[www.coprecis.com.br](http://www.coprecis.com.br)



em relação aos portadores de deficiências trazendo que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo Brasil (2001) a definição de educação especial, na modalidade da educação escolar, entende-se como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A Lei Nº 9394/96 reserva um capítulo destinado a educação especial o qual define os termos sobre educação especial, os deveres do estado bem como acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Vale destacar o Art. 59 . que traz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Baseado nesse pressuposto, o presente artigo busca entender as práticas educativas usadas por profissionais que trabalham no âmbito da educação especial. Para tanto, buscamos identificar artigos entre os anos de 2013 – 2016, em periódicos nacionais de Qualis A1, que tratam sobre educação especial a fim de analisar as práticas educativas presentes.

## **Metodologia**

Para a constituição do corpus da pesquisa foram selecionados todos os periódicos nacionais classificados como Qualis A1 no quadriênio de 2013 – 2016, na área de educação, segundo critérios de classificação da plataforma Sucupira. Para tanto foram encontradas 40 revistas brasileiras, sendo que 10 delas trazem artigos com a temática sobre educação inclusiva. Para verificarmos se os artigos tratavam sobre educação especial foi adotado como filtro de pesquisa a busca pelas palavras “educação especial”, “acessibilidade”, “educação inclusiva” e “surdos”. Após a seleção dos artigos, foi feita uma leitura flutuante com o objetivo de identificar apenas os artigos que tratam sobre “educação especial”.

A análise dos dados se deu de forma qualitativa através das etapas da Análise de Conteúdo de Bardin (2011).



Através do material selecionado foi feita uma leitura flutuante dos artigos com o intuito de verificar a metodologia e os objetivos. Para tanto obtivemos os primeiros indicadores e hipóteses.

Fizemos um levantamento de todos os artigos que citam o uso da educação especial publicados nas dez principais revistas de divulgação da pesquisa em educação do Brasil.

Após as escolhas dos periódicos os mesmos foram codificados. Bardin (2011) define codificação como sendo o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo.

Os periódicos selecionados foram codificados como P1, P2, ..., P10. A descrição de cada periódico, sua codificação bem com o foco de cada um deles está descrito no quadro 1.

Quadro 1 - Codificação das Revistas

Codificação	Periódico	Área de atuação e foco
P1	AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Estudos e pesquisas sobre a educação superior, em especial sobre avaliação institucional da educação superior e temas relacionados com as tendências e as políticas da educação superior e ciência e tecnologia.
P2	CIÊNCIA & EDUCAÇÃO	Publicar artigos científicos sobre resultados de pesquisas empíricas ou teóricas e ensaios originais sobre temas relacionados à educação em ciências, educação matemática e áreas relacionadas
P3	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	Tem como escopo a publicação de trabalhos científicos/acadêmicos originais, o incentivo à pesquisa e ao debate da área, centrados nas relações entre a educação e a sociedade
P4	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Artigos inéditos na área educacional resultantes de pesquisa de caráter teórico ou empírico, bem como revisões da literatura de pesquisa educacional.
P5	EDUCACAO E REALIDADE	Reúne artigos de diferentes aportes teóricos com temas ligados a vários campos do conhecimento, em sintonia com os debates que acontecem no meio acadêmico nacional e internacional.
P6	EDUCAÇÃO EM REVISTA	Contribuir para a divulgação de conhecimento científico no campo da educação, produzido por pesquisadores(as) de universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior. A revista publica em fluxo contínuo artigos originais de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, que contribuam efetivamente para o debate acadêmico sobre as várias dimensões da educação.
P7	EDUCAÇÃO	Tem como propósito divulgar a produção científica original de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação. Publica artigos e ensaios inéditos, resenhas, entrevistas, traduções, entre outras contribuições acadêmicas.
P8	EDUCAR EM REVISTA	Tem como propósito abordar questões que se colocam como atuais e significativas para a compreensão dos fenômenos educativos.
P9	ETD. EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL	Se dedica à publicação de artigos da comunidade científica nacional e internacional que investiguem questões de interesse do campo educacional e áreas afins, tendo como objetivo a contribuição para a formação do pesquisador da área de Educação por meio da divulgação e disseminação de pesquisas e estudos realizados por educadores, vinculados a instituições nacionais e estrangeiras.



P10	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	Publicação de artigos acadêmico- científicos, fomentando e facilitando o intercâmbio acadêmico no âmbito nacional e internacional.
-----	--------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## Resultados e Discussão

A tabela 1 apresenta o total de artigos publicados no quadriênio 2013 – 2016 junto com a quantidade de artigos relacionados com educação especial, por periódicos.

Tabela 1 - Total de artigos por periódicos

Periódicos	Total de artigos	Educação especial
P1	147	1
P2	180	3
P3	252	3
P4	244	7
P5	255	10
P6	230	3
P7	167	5
P8	265	4
P9	164	1
P10	190	5

Observamos que dos 2094 artigos publicados nesses dez periódicos durante o quadriênio 2013 – 2016, apenas 42 tratavam sobre a temática de educação especial, o que corresponde a algo em torno de 2% do total de publicações. Isso demonstra uma deficiência de artigos nessa área. Em termos quantitativos, destacamos o periódico P5 como o que mais obteve publicações na área de educação especial.

Os artigos classificados com a temática educação especial foram divididos em categorias para que fosse feita a análise de conteúdo das práticas educativas presentes. As categorias emergiram através da leitura flutuante dos artigos selecionados classificando-os de acordo com os tipos de práticas. O quadro 2 apresenta a formação das categorias e subcategorias de análise.

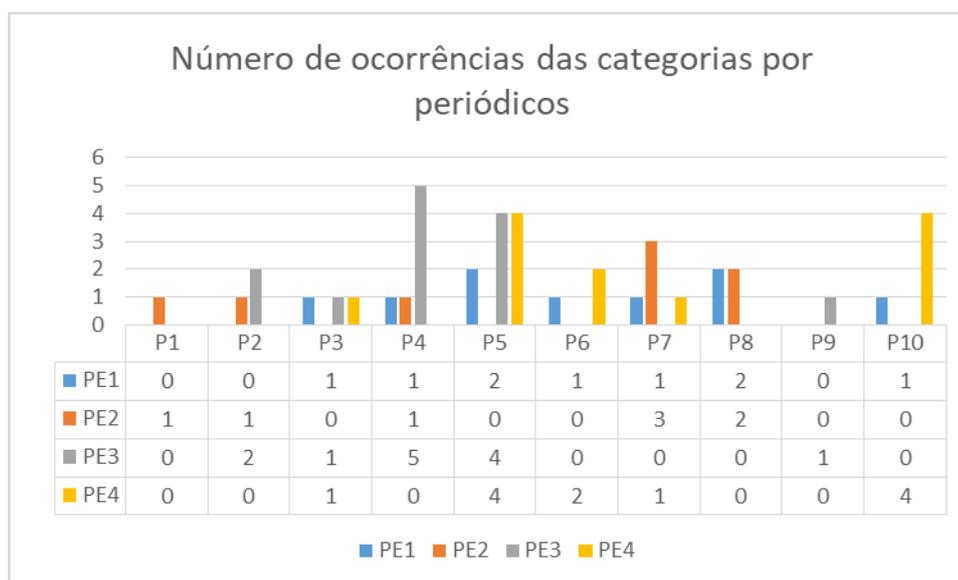


Quadro 2 - Categorização dos periódicos

Codificação	Categoria	Subcategoria	Q° de ocorrências
PE1	Práticas educativas: Políticas de acessibilidade	Currículos; documentos; leis	9
PE2	Práticas educativas: Uso de técnicas e ferramentas	Estratégias, ludicidade; TICS;	8
PE3	Práticas educativas: Processo de interpretação	Linguagem; escrita; sinais	13
PE4	Práticas educativas: Processos colaborativos	Casos colaborativos; experiências; contextos históricos	12

Observa-se no quadro 2 que a categoria PE3 foi a que apresentou o maior registro de artigos publicados enquanto a categoria PE2 foi a que apresentou o menor número. Em termos percentuais observa-se que as categorias PE1, PE2, PE3 e PE4 apresentaram 21,43%, 19,05%, 30,95%, 28,57% respectivamente.

O gráfico 1 relaciona os tipos de prática educativas identificadas com cada periódico.



Os resultados encontrados mostram um destaque para o periódico P5, o qual obteve o maior número de artigos publicados na área.

O periódico P4 foi o que apresentou o maior número de ocorrências na categoria PE3.

Os periódicos P10 e P5 destacaram-se na categoria PE4 com a maior quantidade de registros, no entanto esse periódico não apresentaram nenhum artigo relacionado as categorias PE2.

Os periódicos P7 foi o que apresentou o maior número de ocorrências na categoria PE2.

A categoria PE1 foi a que apresentou a maior distribuição por periódico, estando presente em 7 dos 10 periódicos analisados.

Nenhum periódico apresentou artigos em todas as categorias analisadas.

### **Formação das categorias de análise**

A formação e análise das categorias estão representadas a seguir:

#### *Práticas educativas: Políticas de acessibilidade*

Os artigos que trazem estudos sobre temas de políticas de acessibilidade através da implementação de Currículos, documentos ou leis foram codificados como PE1. Nos 10 periódicos estudados observou-se um quantitativo de 9 artigos que tratavam dessa temática. Destacamos alguns artigos com essa temática como o de Garcia (2013) que concluiu que a ausência de práticas e aperfeiçoamento de professores na área de educação especial, as reflexões para se trabalhar com o público alvo através das políticas empregadas.

Já França (2015) analisou o financiamento educacional no âmbito de programas como FUNDEB e FUNDEF no Estado do Espírito Santo e os valores mínimos por aluno da educação especial. Os resultados apontam que as políticas de financiamento e de educação especial, desenvolvidas pelo governo federal, têm repercutido na incorporação das matrículas dessa modalidade de ensino nos sistemas educacionais brasileiros, porém, isso não minimiza a ausência de condições mínimas de qualidade da rede pública de ensino para o atendimento a essa população que historicamente foi excluída do processo de escolarização.

Leite; Borelli; Martins (2013) analisaram o currículo no cenário da educação inclusiva e encontraram que as produções na área são escassas no que diz respeito às estratégias para efetivação da educação inclusiva, limitando-se, prioritariamente, a reflexões e discussões teóricas que envolvem os princípios e políticas educacionais, pouco retratando experiências didático-pedagógicas que promovam ajustes curriculares e/ou formas de flexibilização do ensino.

As análises mostraram que os artigos publicados com essa categoria abordam as mais diversas políticas públicas tanto no âmbito nacional

como no âmbito regional. Vale ressaltar que embora existam várias leis que tratem do amparo as pessoas com deficiência, a quantidade de produção na área ainda é bastante escassa.

#### *Práticas educativas: Uso de técnicas e ferramentas*

Artigos que apresentassem técnicas e/ou ferramentas de práticas educativas com o uso de estratégias, ludicidade ou TICS foram codificados como PE2. Nos periódicos analisados foram encontrados um total de 8 ocorrências.

Destacamos Lopes; Goettert (2015) que trataram das TICS através do uso de celulares, tablets, facebook e outras fontes de tecnologia como forma de comunicação dos surdos refletindo sobre a necessidade de que as políticas de inclusão digital para surdos considerem a perspectiva bilíngue no campo social e educacional.

Ribeiro; Benite (2013) discutiram sobre a alfabetização científica como estratégia para o aprendizado de ciências para as pessoas com diferentes necessidades de aprendizagem.

Cavalheiros; Fumes (2016) avaliaram a inclusão de universitários com deficiência nos cursos de Educação Física na cidade de Maceió/AL e concluíram que das 3 IES que ofertavam o curso de Educação Física, duas delas possuíam universitários com deficiência com um total de cinco estudantes. Para tanto, concluíram que a participação desse público na educação superior estava ainda muito condicionada as técnicas e ferramentas de adaptação a ambientes não inclusivos, os quais apresentavam inúmeros impedimentos, que dificultavam o sucesso educacional, deixando os/as universitários/ as com deficiência vulneráveis à exclusão educacional.

Chama a atenção na avaliação dos trabalhos relacionados a essa categoria que apesar de selecionar como subcategoria a questão das práticas educativas através da ludicidade, observamos que no quadriênio 2013 – 2016 não houve nenhuma produção relacionada com essa temática.

#### *Práticas educativas: Processo de interpretação*

Artigos que relacionem práticas educativas de entendimento e interpretação de linguagem; escrita e sinais para o ensino de libras em uma perspectiva bilíngue foram codificados como PE3. Foi verificado 13 artigos relacionados com essa prática.

Vieira-MachadoI; Lopes (2016) traz como objetivo de discutir a constituição de uma educação bilíngue a partir da formação de professores de surdos. Partindo de uma ideia de percurso formativo, defende o professor de surdos



como intelectual específico, daí seu compromisso ético e estético com o saber da comunidade surda.

Silva e Oliveira (2016) Analisaram o intérprete de Libras em uma sala de aula do sétimo ano do ensino fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Vitória, Espírito Santo e concluiu embora o intérprete de Libras não seja o professor do aluno, faz-se necessário que ele tenha um envolvimento com o trabalho educativo em sua atuação interpretativa; seu trabalho deve ser traçado colaborativamente com o professor regente.

Müller; Karnopp (2015) abordam as dificuldades da transcrição da língua Portuguesa para a linguagem de sinais (Libras) através da análise de livros.

Lodi (2013) analisou a diferença entre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Decreto nº 5.626/05 à luz da teoria discursivo-enunciativa de Bakhtin. Para tanto, constatou que enquanto a Política de Educação Especial defende a inclusão dos alunos surdos no sistema regular de ensino, o Decreto nº 5.626/05, advogam que a educação de surdos constitui-se como um campo específico do conhecimento, distanciando-se da educação especial por falta de intérpretes nas escolas.

Observou-se que nos artigos selecionados o uso das práticas educativas no processo de interpretação geralmente é efetuado através da perspectiva bilíngue, a qual traz a linguagem de sinais (Libras) como segunda língua. Também verificou-se estudos através do ensino regular por meio da falta de interpretas nas escolas.

#### *Práticas educativas: Processos colaborativos*

Artigos com práticas relacionadas a um conjunto de ações que buscam avançar, compreender e encontrar melhorias através do processo de inclusão foram codificados como PE4. Foram encontrados 12 artigos com o tema relacionado.

Destacamos o artigo de McDonnell (2016) retrata sobre as ideologias da normalização e de direitos. Ele mostra que a de direitos é baseada em um modelo social de deficiência e em um modelo sociocultural de surdez que se opõem à exclusão dos Surdos e das pessoas com deficiência de funções estratégicas e participativas na definição de problemas, na formulação de políticas e na tomada de decisões. Enquanto a normalização procura erradicar ou atenuar a diferença, uma perspectiva dos direitos defende o reconhecimento e o respeito à diferença.

Chamamos a atenção para o artigo de Pasquale; Maselli (2014) o qual traz como colaboração o processo da experiência italiana de inclusão escolar mostrando a importância da colaboração entre os vários profissionais, a



ligação família-escola, a construção de percursos personalizados integrados ao planejamento coletivo para a classe, a formação de professores, a orientação escolar e profissional.

De modo geral, os artigos dessa categoria trata-se de estudos de contextos históricos, estudos de casos e contribuições de sujeitos além da sala de aula.

## **Conclusões**

Para as publicações em Qualis A1 observa-se que o periódico P5 foi o que apresentou mais publicações em termos quantitativos enquanto que a categoria PE1 foi a que apresentou a maior distribuição por periódico, estando presente em 7 dos 10 periódicos analisados.

As análises mostraram que os artigos publicados com a categoria relacionada as Práticas educativas: Políticas de acessibilidade, abordam as mais diversas políticas públicas tanto no âmbito nacional como no âmbito regional.

Já a categoria Práticas educativas: Uso de técnicas e ferramentas, observou-se artigos que trazem como técnicas o uso de TICS, alfabetização científica e tecnológica e métodos e técnicas de ensino. Vale ressaltar que apesar de selecionar como sub-categoria a questão das práticas educativas através da ludicidade, observamos que no quadriênio 2013 – 2016 não houve nenhuma produção relacionada com essa temática.

Observou-se que nos artigos selecionados o uso das práticas educativas no processo de interpretação geralmente é efetuado através da perspectiva bilíngue, a qual traz a linguagem de sinais (Libras) como segunda língua. Também verificou-se estudos através do ensino regular por meio da falta de interpretes nas escolas.

Na categoria Práticas educativas: Processos colaborativos foi verificado artigos que tratam da contribuição em processos históricos, relatos de experiências, a ligação família-escola, a construção de percursos personalizados integrados ao planejamento coletivo para a classe e a formação de professores.

Embora exista a necessidade de inclusão de pessoas portadora de deficiência e várias leis que tratem do amparo dessas pessoas, percebe-se que a quantidade de produção na área ainda é bastante escassa.



## Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 15 de Setembro de 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/parametros-curriculares-nacionais>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: Acesso em 11/08/2017.

CALHEIROS, D, S; FUMES, N, L, F. **A inclusão de universitários com deficiência em cursos de Educação Física na cidade de Maceió/AL**. *Avaliação (Campinas)*. 2016, vol.21, n.2, pp.523-540.

FRANCA, Marileide Gonçalves. **O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb**. *Educ. rev.* 2015, n.58, pp.271-286.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. *Rev. Bras. Educ.* 2013, vol.18, n.52, pp.101-119.



LEITE, L, P; BORELLI, L, M; MARTINS, S, E, S, O. **Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva.** *Educação em Revista*. Belo Horizonte (2013), v. 29, n. 01, p. 63-92.

LODI, A, S, B. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05.** *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

LOPES, D, N; GOETTERT, N. **Tecnologias digitais e estratégias comunicacionais de surdos: a inclusão digital numa perspectiva bilíngue.** *Educação* v. 38, n. 2 (2015).

MCDONNELL, P. **Deficiência, Surdez e Ideologia no Final do Século XX e Início do Século XXI.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 777-788, jul./set. 2016.

MÜLLER, J, I; KARNOPPII, L, B. **Tradução cultural em educação: experiências da diferença em escritas de surdos.** *Educação e Pesquisa*. 2015, vol.41, n.4, pp.1055-1068.

OLIVEIRA, E. **A Lei 10.639/2003 e a Escola de Educação Especial: um desafio a mais para a formação de professores.** *Educ. rev.* 2013, n.47, pp.85-95.

PASQUALE, G. D; MASELLI, M. **Pessoas com Deficiência e Escola: principais mudanças na experiência italiana.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 707-724, jul./set. 2014.

RIBEIRO, I, M, C, L; WOLTER, R, M, C, P; METTRAU, M, B. **Pensamento social e educação: concepção de escola e avaliação da inclusão por parte de mães de alunos deficientes de são gonçalo.** *Educ. Soc.* 2017, vol.38, n.138, pp.63-80.

SILVA, K, S, X; OLIVEIRA, I, M. **O Trabalho do Intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 695-712, jul./set. 2016.

VIEIRA-MACHADO, L M, C ; LOPES, M, C. **A Constituição de uma Educação Bilíngue**



**COPRECIS**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
PRÁTICAS EDUCATIVAS

**e a Formação dos Professores de Surdos.** *Educ. Real.* 2016, vol.41, n.3, pp.639-659.

VILELA-RIBEIRO, E, B; BENITE, A, M, C. **Alfabetização científica e educação inclusiva no discurso de professores formadores de professores de ciências.** *Ciênc. educ. (Bauru).* 2013, vol.19, n.3, pp.781-794.